

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e achada conforme vai assinada por mim, LUIZ ALBERTO SANDER, Secretário-Executivo do Segundo Conselho de Contribuintes, junto com a Senhora Presidente.

LUIZ ALBERTO SANDER  
Secretário Executivo

JOSEFA MARIA COELHO MARQUES  
Presidente da Câmara

## **SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO**

### **PORTARIA Nº 432, DE 21 DE MARÇO DE 2005**

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nº 15414.005518/2002-15 e 10.001083/01-53, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da HORIZONTE CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 04.072.694/0001-23, com sede social na cidade de Brasília - DF, que, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 5 de novembro de 2002, rerratificadora das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas, cumulativamente, em 5 de março de 2001, aprovaram, em especial:

I - O aumento do capital social de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 2.864.145,44 (dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 2.864.145 (dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

II - A mudança da sede social para a cidade do Rio de Janeiro - RJ; e

III - A alteração dos artigos 3º e 5º do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO

## **Ministério da Integração Nacional**

### **DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA COORDENAÇÃO DE OBRAS**

#### **PORTARIA Nº 34, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2005**

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11, alínea "a" combinado com o artigo 2º, alínea "b", ambos da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, com as alterações da Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001 e, o disposto no Art. 18., inciso XII, do Anexo I, do Decreto Nº 3.970, de 16 de outubro de 2001, e atendendo o disposto no processo nº 59400.007562/2004-56,

Considerando a implantação no âmbito deste Departamento do Sistema de Custos Unitários de Obras e Serviços de Engenharia do DNOCS, objeto do Contrato Nº PGE-25/2002, através da portaria Nº 426 DG/DI, de 22 de outubro de 2004, publicada no Boletim Administrativo nº 86, do mesmo mês;

Considerando que os serviços relativos a poços estão inseridos na Tabela de Custos Diretos do Sistema retromencionado;

Considerando o aspecto de consolidar e uniformizar os custos unitários dos serviços de poços em uma única tabela, visando evitar eventuais distorções resolve:

I - Revogar a Portaria nº 171/DG/DI, de 07 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 110, de 09 do mês subsequente, que trata, igualmente, da tabela de preços para os serviços de perfuração, recuperação e aparelhamento de poços tubulares profundos.

EUDORO WALTER DE SANTANA

## **Ministério da Justiça**

### **GABINETE DO MINISTRO**

#### **PORTARIA Nº 378, DE 21 DE MARÇO DE 2005**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que compete à União exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e de televisão, de acordo com o artigo 21, inciso XVI, e o artigo 220, § 3º, inciso I, da Constituição Federal;

Considerando que a Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, regulamenta apenas parcialmente o exercício da classificação, para efeito indicativo, da programação televisiva;

Considerando que o art. 9º, inciso II, do Decreto nº 4.991, de 18 de fevereiro de 2004, confere à Secretaria Nacional de Justiça - SNJ competência para tratar dos assuntos relacionados à classificação indicativa de jogos eletrônicos, diversões públicas e programas de rádio e televisão, bem como recomendar faixas etárias e horários de exibição;

Considerando, ainda, as Portarias do Ministério da Justiça nº 796, de 8 de setembro de 2000, nº 899, de 3 de outubro de 2001, nº 1.035, de 13 de novembro de 2001, nº 766 de 4 de julho de 2002, e nº 1.597, de 2 de julho de 2004, resolve:

Art. 1º. Instituir Grupo de Trabalho vinculado à SNJ para subsidiar a regulamentação da classificação indicativa da programação de televisão.

Art. 2º. O Grupo será constituído por representações institucionais, desempenhadas por igual número de membros titulares e suplentes, observada a seguinte composição:

I. Ministério da Justiça, que o presidirá;

II. Ministério da Cultura;

III. Ministério da Educação;

IV. Ministério das Comunicações;

V. Secretaria Especial de Direitos Humanos;

VI. Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica;

VII. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA;

VIII. Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;

IX. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal;

X. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

XI. Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude - ABMP;

XII. Associações de Emissoras de Televisão com abrangência nacional;

XIII. Entidades civis com reconhecida atuação em mídia e direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º. A SNJ terá as seguintes atribuições na presidência do Grupo de Trabalho:

I. nomear os membros titulares e suplentes;

II. coordenar e supervisionar as atividades;

III. baixar os atos administrativos necessários;

IV. designar especialistas para integrar, em caráter permanente ou eventual, o Grupo de Trabalho;

V. fixar em cronograma os temas a serem apreciados, bem como os prazos e os procedimentos para apreciação.

Parágrafo único. A nomeação de que trata o inciso I depende de resposta a convite que a SNJ fará encaminhar, por meio de ofício, a determinadas instituições, observado o art. 2º.

Art. 4º Nas reuniões do Grupo de Trabalho serão abordados os temas a serem fixados em cronograma pela SNJ.

Art. 5º. O Grupo de Trabalho possui 120 (cento e vinte) dias para consecução de seus fins.

Art. 6º. Fica revogada a Portaria do Ministério da Justiça nº 1.549, de 21 de novembro de 2002.

Art. 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

#### **PORTARIA Nº 379, DE 21 DE MARÇO DE 2005**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.004.467, de 2004, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, YNDIRA PATRICIA AÑEZ RIVERO, de nacionalidade boliviana, filha de Eduardo Candia e de Tereza Añez Rivero, nascida em Santa Cruz, Bolívia, em 4 de março de 1975, residente no Estado de Mato Grosso do Sul, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

#### **PORTARIA Nº 380, DE 21 DE MARÇO DE 2005**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006.105, de 2004, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JAIME FLORENCIO ROCHA ROMAN, de nacionalidade boliviana, filho de Pedro Rocha Galarsa e de Sabina Roman Obando, nascido em Cochabamba, Bolívia, em 26 de outubro de 1968, residente no Estado de Mato Grosso do Sul, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

#### **PORTARIA Nº 381, DE 21 DE MARÇO DE 2005**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.004.124, de 2004, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, TRAUDI NELVA ZEISS, de nacionalidade argentina, filha de Miguel Maidana e de Ana Zeiss, nascida em Missioness, Argentina, em 4 de janeiro de 1945, residente no Estado de São Paulo, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

#### **PORTARIA Nº 383, DE 21 DE MARÇO DE 2005**

O MINISTRO DO ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, do dia 10 de maio do mesmo ano, e tendo em vista o constante dos respectivos processos do Ministério da Justiça, resolve:

Declarar que voluntariamente perderam a nacionalidade brasileira, por terem inequivocamente se expressado nesse sentido, as seguintes pessoas, nos termos do art. 12, § 4º Inciso II, da Constituição, com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 7 de junho de 1994 e do art. 22, Inciso I, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949:

ANA MARGARETE TRINDADE MACHADO, que passou a assinar-se ANA MARGARETE MACHADO EHLERT, natural do Estado do Rio Grande do Sul, nascida em 29 de junho de 1962, filha de Júlio Prates Machado e de Aurélia Trindade, adquirindo a nacionalidade alemã (Processo nº 08000.002419/2005-21);

GABRIELA DE MARIA RIBEIRO LOPES, natural do Distrito Federal, nascida em 9 de março de 1983, filha de Maria da Paz Ribeiro Lopes, adquirindo a nacionalidade alemã (Processo nº 08000.002418/2005-86) e

LUCIANO GARCIA, natural do Estado de São Paulo, nascido em 10 de fevereiro de 1975, filho de Luiz Sergio Navarro Garcia e de Maria do Carmo Pereira Garcia, adquirindo a nacionalidade americana (Processo nº 08000.002417/2005-31).

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

#### **PORTARIA Nº 384, DE 21 DE MARÇO DE 2005**

O MINISTRO DO ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, do dia 10 de maio do mesmo ano, e tendo em vista o constante dos respectivos processos do Ministério da Justiça, resolve:

Declarar que readquiriram os direitos políticos, em virtude de terem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros e dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

GILSON MARQUES CORREIA, filho de Gustavo de França Correia e de Waltônia Marques Correia, nascido em 12 de setembro de 1961, na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo e residente na mesma cidade (Processo nº 08000.002396/2005-54);

JOSÉ DE CARVALHO JUNIOR, filho de José Granja de Carvalho e de Arineia Carvalho dos Santos, nascido em 16 de abril de 1959, na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná e residente na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo (Processo nº 08000.002395/2005-18);

MARCOS FRAGA DOS SANTOS, filho de Walter Assunção Gonçalves dos Santos e de Cely Fraga dos Santos, nascido em 18 de novembro de 1967, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul e residente na cidade de Sapiranga, no mesmo Estado (Processo nº 08430.036349/2004-63) e

WILSON GOMES PAULO, filho de Ilso Paulo e de Angela Gomes Paulo, nascido em 8 de julho de 1961, na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro e residente na cidade de Nova Iguaçu, no mesmo Estado (Processo nº 08000.002389/2005-52).

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

#### **PORTARIA Nº 385, DE 21 DE MARÇO DE 2005**

O MINISTRO DO ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, do dia 10 de maio do mesmo ano, e tendo em vista o constante dos respectivos processos do Ministério da Justiça, resolve:

Declarar que readquiriram os direitos políticos, em virtude de terem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros e dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

CARLOS ALBERTO CORREA, filho de Nelson Correa e de Joanna Baptista Correa, nascido em 25 de setembro de 1958, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo e residente na cidade de Bebedouro, no mesmo Estado (Processo nº 08000.000309/2005-24);